



GT 74. Religiões de matriz africana e seus modos de convivência: caboclos, orixás e outras entidades

Coordenador(es):

Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Tempos, Histórias e Registros

Debatedor/a: Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Sessão 2 - Vínculos e obrigações

Debatedor/a: Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 3 - Modos de Convivência

Debatedor/a: Luciana Duccini (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A proposta deste Grupo de Trabalho é investigar os modos de se relacionar com e entre as entidades presentes nas diversas modalidades de religiões de matriz africana, tanto no Brasil quanto em outros países da diáspora africana. Assim, pretende dar ênfase não somente às análises das manifestações religiosas em si, mas aos estudos voltados para as formas como vínculos são aí construídos e mantidos. Tendo como questão chave o debate em torno das dimensões ético-políticas das formas de convivência cultivadas nessas religiões, o GT está aberto para trabalhos que tratem dos procedimentos e conceitos que participam dos processos de construção de vínculos, que discutam as diferentes temporalidades e espacialidades em jogo nesses processos e/ou explorem como os vínculos com as entidades são mobilizados e testados em situações de encontro com outras formas de prática.

Tempo Reis: O acontecimento Malunguinho

Autoria: Cledisson Geraldo dos Santos Junior (OTSS)

A percepção sobre a temporalidade nos terreiros de religiões afrobrasileiras ganha um sentido diferenciado daquele que estamos acostumados a experienciar em nossos cotidianos. Nos terreiros, é possível vivenciarmos o tempo não por sua linearidade e sim por saltos, acelerações, rupturas e diminuições de velocidades em detrimento, a uma linha temporal. Busco produzir um diálogo com Bergson que nos apresenta o conceito de duração, onde o tempo é duração, e nele não há mais uma relação de linearidade, nem de sucessão; passado e presente coexistem, são contemporâneos, havendo aí um paradoxo entre esses dois momentos heterogêneos e de naturezas distintas, ou seja, a duração se define pela coexistência, virtual, de tempos heterogêneos, ao invés da sucessão de eventos, isto é, há a coexistência de múltiplos planos temporais distintos. No culto da Jurema Sagrada, Malunguinho é uma entidade de grande poder, que se manifesta de quatro formas bastante distintas. Exu, caboclo, mestre e reis. O primeiro representa o mensageiro, fazendo o elo de ligação da linha da Jurema com as pessoas. O segundo é a figura do guia, o principal protetor dos praticantes do culto. O terceiro representa alguém que teve existência real na terra. A palavra Reis é escrita no plural, pois ele não é só apenas um Rei, mas sim vários reis representados em uma única divindade polissêmica e multifuncional. Malunguinho preservou suas características humanas de guerreiro, líder do Quilombo do Catucá, transpondo de forma mítica sua história real para sua cosmogonia, preservada em cânticos, rituais, dança e personalidade. Um homem bravo, forte, intolerante, tosco, bruto e



perigoso. Malunguinho também é uma divindade que cura, que abre caminhos, que protege e afaga e é muito querido por quem o cultua, mesmo ainda sendo um esquerdeiro cruel nas horas de necessidade. Minha proposição a partir deste work visa questionar a interpelação de um passado que não deve ser entendido enquanto uma lembrança por compreendê-lo sendo extensivo ao presente. Interpelar o terreiro (neste caso um território dedicado ao culto da Jurema Sagrada) desde a perspectiva da coexistência do passado e do presente pode nos apresentar alternativas sobre discussões referentes à persistência, em estratos ontológicos múltiplos, da escravidão negra e do racismo nas Américas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: